

O Plano Plurianual Regional do Grande ABC e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: Possibilidades de Efetivação da Sustentabilidade por meio de Ações Locais

Beatriz Duarte Dunder

Universidade de São Paulo – Brasil
beatrizdunder@gmail.com

Gabriel Pires de Araújo

Universidade de São Paulo – Brasil
gabriel.pires.araujo@usp.br

Silvia Helena Zanirato

Universidade de São Paulo – Brasil
shzanirato@usp.br

ABSTRACT

The objective of this article was to analyze how actions planned in the locality can contribute to the achievement of the global agenda for sustainability, considering that the socio-environmental problems are expressed in local scale and are aggravated when considering the metropolitan region, where problems tend to have more complex solutions, because they transcend the municipal scale and demand that actions for sustainability have an articulated management among the affected municipalities. For this, a comparative analysis was made between the “Plano Plurianual Regional Participativo do Grande ABC” (PPA) and the Sustainable Development Goals (SDG) present in Agenda 2030. From this analysis, a matrix was generated where the correspondences between the documents are presented numerically, presenting a high correspondence between the actions of local scale (PPA) and the objectives of the Global Agenda (SDG), corroborating the key role of actions at the local scale for the construction of the sustainability.

Keywords: Sustainable Development Goals; Regional Scale; Local Actions; Grande ABC

1. INTRODUÇÃO

A localidade possui papel primordial na busca da sustentabilidade do território. A espacialidade de uma região administrativa também é uma localidade (MARTINS; VAZ; CALDAS, 2010), o que nos leva a considerar que as ações tomadas nessa escala podem se relacionar com a perspectiva da sustentabilidade. Com esse viés, o artigo se propõe a abordar as ações presentes no âmbito do 1º Plano Plurianual (PPA) Regional Participativo da região do ABC Paulista, um plano voltado para uma região, e ver a possibilidade de que ele contenha relações com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

Para tanto, o texto está estruturado de forma a apresentar a Região do Grande ABC Paulista, tida como uma localidade que possui características inerentes a uma região metropolitana de caráter urbano, entre as quais as de cunho socioambientais. A seguir, tratamos do 1º PPA Regional Participativo do Grande ABC, um plano construído de forma participativa, sob a liderança do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC para o período de 2014-2017. Na continuidade discorreremos sobre os

ODS, de modo a mostrar que a agenda foi construída em discussões que ocorreram em âmbito global e que visaram a um modelo de desenvolvimento com atributos de sustentabilidade.

Para verificar a pertinência da comparação entre os ODS e o PPA a metodologia se valeu de análise comparativa, que permitiu a elaboração de uma matriz que leva a verificar em que medida a sustentabilidade preconizada nos ODS está ou não contemplada no âmbito do PPA. Por fim, finalizamos o texto com discussões acerca da importância da atuação local na busca da sustentabilidade, principalmente quando se considera que a região, como localidade, possui problemas socioambientais que podem ser potencializados especificamente nessa escala e que o trato coletivo pode ser a melhor forma de enfrentamento dos problemas comuns.

2. A REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA

Inserido na Região Metropolitana de São Paulo, a Região do Grande ABC Paulista é formada por sete municípios: Santo André; São Bernardo do Campo; Diadema; São Caetano do Sul; Mauá; Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Estes municípios compartilham entre si um histórico de formação que teve como principal vetor a estrada férrea Santos-Jundiaí, que desencadeou em uma intensa ocupação por indústrias. Essa característica industrial passou a ser a principal, moldando os municípios e influenciando inclusive aqueles que, embora não tivessem grandes indústrias em seu território, abrigavam o contingente operário das fábricas instaladas nos outros municípios da Região (PREFEITURA SANTO ANDRÉ, 2013; PREFEITURA DE RIBEIRÃO PIRES, sd).

Entre os anos de 1914 a 1940 a região passou a ser considerada uma “verdadeira zona industrial suburbana” (LANGENBUCH, 1971, p. 142). A partir de 1950 essa característica ganhou ainda mais força com investimentos governamentais e estrangeiros, que consolidaram a indústria na região, principalmente as automobilísticas (BENEVIDES, 1979; PREFEITURA SANTO ANDRÉ, 2013). O crescimento das indústrias e seu fortalecimento ocorreram ao longo das décadas seguintes, trazendo grande desenvolvimento econômico para Região e, por consequência da expansão das indústrias e de uma maior oferta de empregos, um aumento populacional significativo (ANCASSUERD, 2009).

O crescimento econômico sofreu uma parada com a crise econômica de 1983, (PIRES, 2010, p. 219-239), quando as indústrias passaram a gerar cada vez menos empregos formais, o que impactou diretamente a população. Os efeitos sociais da diminuição de empregos foram maiores que os efeitos econômicos dentro das empresas, que passaram a investir em tecnologia para diminuir a demanda por mão de obra (ANAU, 2001). É neste contexto que ganhou força outra característica predominante da Região do ABC: seu movimento operário, que adquiriu notoriedade nacional pela sua luta por direitos sociais (ANCASSUERD, 2009).

Foi em um contexto de crise econômica, com crescimento de desemprego e presença de uma sociedade civil engajada na luta por direitos que surgiu a Câmara Regional do ABC, uma coalizão de pessoas que tinha como objetivo encontrar meios de superar a crise econômica e social, funcionando como um canal de articulação entre governo estadual e municipal, bem como com a sociedade civil organizada (BRESCIANI, 2015). Na década de 1990, a Câmara Regional do ABC deu origem ao Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, uma entidade que passou a reunir representantes dos municípios da região, com o intuito de atuar conjuntamente no planejamento, articulação e definição de ações no âmbito regional (CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC, 2017).

Um de seus idealizadores, o então Prefeito de Santo André, Celso Daniel, levou para o consórcio a importância da coalizão dos municípios na forma de um poder local, de modo que esses tivessem maior capacidade de dialogar com as esferas estadual, federal e também com o setor privado. Além disso, a coalizão seria um modo de possibilitar que esses passassem a elaborar e implementar um plano estratégico regional, se aproximando do que Vaz (1997) define como consórcios intermunicipais: entidades que reúnem municípios que atuam de forma conjunta, de modo a garantir maior eficácia de suas ações e também ao emprego de menor volume de recursos (DANIEL, 1996; VAZ, 1997).

Além de ser uma forma de coalizão, o Consórcio Intermunicipal é um modo de solidificar o território regional e as políticas públicas que abrangem essa escala (BRESCIANI, 2015), adquirindo uma maior legitimidade por se tratar desde 2010 de um Consórcio Público, atuando no planejamento e execução de políticas públicas (CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC, 2017). Um exemplo desse tipo de atuação pode se ver no 1º Plano Plurianual Regional Participativo do Grande ABC 2014 -2017.

3. O PLANO PLURIANUAL REGIONAL PARTICIPATIVO COMO FERRAMENTA DE AÇÕES LOCAIS

O PPA Regional Participativo do Grande ABC foi elaborado com o intuito de propor ações para o desenvolvimento da Região, orientando as políticas públicas regionais. Sua elaboração contou com a participação dos municípios da Região, o que lhe deu um caráter participativo. Foram consultadas cerca de 1500 pessoas que apontaram 165 diretrizes que abordavam diversos temas de importância para a população, com destaque para a saúde, educação, cultura, lazer e mobilidade urbana. Essas diretrizes foram sistematizadas e analisadas pelo Consórcio, que escolheu os temas prioritários e submeteu-os à avaliação da assembleia formada pelos prefeitos dos municípios, dando origem aos 11 programas do Plano, cada um deles com um conjunto de ações. Os temas são: 1.Mobilidade Urbana; 2.Drenagem Urbana; 3.Resíduos Sólidos; 4.Riscos Urbanos e Ambientais; 5.Habitação; 6.Segurança Urbana; 7.Desenvolvimento Econômico e Turismo; 8.Saúde; 9.Educação, Cultura, Esporte e Lazer; 10.Políticas Sociais e Afirmativas; 11.Gestão e Desenvolvimento Institucional (CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC, 2013).

Esses programas são voltados à superação de problemas socioambientais presentes na região e que são comuns a esse espaço urbano com um histórico de industrialização. Como problemas característicos de ambientes urbanos, podemos citar a deficiência dos serviços de saneamento ambiental em geral; a poluição proveniente de indústrias e veículos motorizados; a ocupação de encostas e vales principalmente pela população mais pobre, que acaba sendo afetada por deslizamentos e enchentes; e a falta de áreas verdes (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012).

Esses problemas muitas vezes transcendem as fronteiras municipais, fazendo com que por falta de uma gestão articulada entre os municípios, estes sejam potencializados (GROSTEIN, 2001). Essa dinâmica ocasiona o que foi definido por Lacerda (2011 p. 156) como o “mal público metropolitano”, no qual um determinado município acaba arcando com custos de outro, em função da não execução de políticas públicas para resolução de problemas que se desenvolvem em uma perspectiva socioespacial regional. Essa dinâmica ressalta a importância de uma proposta de ação que esteja além dos limites municipais, como é o caso deste PPA, que buscou soluções para a Região do Grande ABC.

4. OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - AGENDA 2030

Produto de um processo histórico de reflexões e discussões em conferências de escopo global, a Agenda 2030 foi elaborada por representantes dos países membros da Organização das Nações Unidas em 2015, e estabeleceu 17 objetivos para o alcance do Desenvolvimento Sustentável, a serem cumpridos até o ano de 2030 (ONU, 2015).

Essa ação de 2015 teve um início muito anterior, podendo-se citar como precursora a conferência de Estocolmo no ano de 1972, quando foi apresentada e debatida a importante publicação *Limites do Crescimento*, que buscou compreender de maneira integrada a crise que se expressava em danos ambientais (CORAZZA, 2005).

Esta publicação trouxe como uma de suas principais conclusões o fato de que, caso houvesse a continuidade nos níveis de produção e consumo, a vida na Terra entraria em perigo de extinção. A conclusão catastrofista levou os países a olharem para as questões ambientais por um ângulo mais político, uma vez que se reconheceu que a resolução de problemas de ordem ambiental extrapola fronteiras institucionais (JATOBÁ; CIDADE; VARGAS, 2009).

Foi também após a Conferência de Estocolmo que passou a ser importante qualificar o processo de desenvolvimento, estabelecendo-se diferenças entre as práticas de um tipo de crescimento econômico associadas à degradação ambiental e as práticas em prol de outro tipo de desenvolvimento que reconhecesse a finitude dos recursos naturais e os efeitos das ações humanas no meio ambiente (JATOBÁ; CIDADE; VARGAS, 2009).

Uma nova qualificação do desenvolvimento foi concebida, expressando a ideia de desenvolvimento sustentável. Esse conceito se fez presente no Relatório Brundtland, definido como a capacidade de “(...) garantir que se satisfaçam as necessidades do presente sem comprometer a habilidade das gerações futuras satisfazerem as suas.” (WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT, 1987, p. 16, tradução nossa).

O desenvolvimento sustentável passou a se consolidar e se legitimar a partir da Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992 - a Rio 92. Essa conferência teve como objetivo elaborar estratégias e medidas para promover o Desenvolvimento Sustentável em uma escala planetária, o que permitiria que a proteção da natureza passasse a ser englobada na perspectiva do desenvolvimento, evitando que as questões socioambientais se dissociassem das questões econômicas (VEIGA, 2010; BURSZTYN; BURSZTYN, 2012).

Apesar dos esforços representados na realização de conferências pós Rio 92 (Rio +5 e Rio +10), houve poucos avanços nas diretrizes acordadas em 1992, o que levou à realização no ano de 2012 da Conferência Rio +20, onde debateu-se o documento *O Futuro que Queremos*, que examinava e reafirmava compromissos para o tipo de desenvolvimento já proposto desde a Rio 92, pautado pela compatibilização de um desenvolvimento econômico centrado nas pessoas e a preservação do meio ambiente. Durante o evento, este documento foi submetido para a assinatura de chefes de Estado e de governo, na expectativa de garantir que a busca pela concretização desta nova forma de conceber o desenvolvimento continuasse (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012; LAGO, 2012).

No ano de 2015, inspirado pelos debates e conclusões da Rio +20, foram definidos no âmbito das Nações Unidas os “Objetivos do Desenvolvimento Sustentável” (ODS). De caráter mais abrangente do que os antecessores “Objetivos do Milênio” (ODM), que focavam em aspectos sociais e eram

direcionados principalmente para os países em desenvolvimento, os ODS incidem em aspectos sociais, econômicos e ambientais, além de se referir a objetivos que devem ser perseguidos e alcançados em todos os países do globo (DURAN, et al., 2015).

Os ODS foram inseridos na Agenda 2030, que tem como intuito direcionar os Estados membros das Nações Unidas para o trabalho coletivo em prol do alcance do Desenvolvimento Sustentável centrado nas pessoas até o ano de 2030, convergindo Direitos Humanos e Sustentabilidade (VEIGA, 2017). Essa agenda considera a necessidade da propositura de uma agenda global que caminhe em direção ao desenvolvimento sustentável, que para ser realizada necessita de ações locais pautadas na concepção de sustentabilidade.

5. TECENDO RELAÇÕES ENTRE OS ODS E O PPA DO ABC

A pesquisa se valeu da metodologia da análise comparativa para estabelecer as possíveis correlações entre os princípios contidos no documento produzido pela Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030) com o documento do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC (PPA Regional Participativo).

A metodologia comparativa consiste num tipo de trabalho que busca descobrir regularidades e identificar semelhanças e diferenças em determinadas ações que regem fenômenos sociais (SCHNEIDER e SCHMITT, 1998). A comparação não é um método que busca o paralelismo entre as variáveis, mas sim na diversidade e singularidade. Com esse procedimento é possível identificar padrões que se apresentam em ambos os documentos analisados, ainda que cada qual tenha uma trajetória específica.

Esse método encontra correspondência nas pesquisas de Marc Bloch, citado por Cardoso e Brignoli (1975, p. 76), segundo o qual “aplicar o método comparativo no quadro das ciências humanas consiste (...) em buscar, para explicá-las, as semelhanças e as diferenças que apresentam duas séries de natureza análoga, tomadas de meios sociais distintos”. As analogias correspondem à identificação das similitudes entre os documentos e os contrastes às diferenças entre os mesmos.

A metodologia de análise comparativa possibilitou comparar as ações propostas na Agenda 2030 com o que se busca no PPA, sistematizando as semelhanças e as diferenças e gerando resultados qualitativos, tal qual proposto por Bloch (1983, apud TARGA, 1991).

A análise comparativa permitiu estabelecer correspondências entre esses documentos, gerando resultados que foram disponibilizados em uma matriz, que favorecesse a melhor visualização das correspondências encontradas. A correspondência entre os dois documentos se mostrou principalmente nos aspectos que concernem à questões como pobreza, saúde e educação de qualidade para todos, segurança e igualdade de gênero.

A análise comparativa mostrou as seguintes correspondências entre os objetivos e metas do ODS com as ações do PPA do Grande ABC:

Objetivo 1 do ODS: “Acabar com a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares”. No PPA, no Programa nº 10 *Políticas Sociais e Afirmativas* se vê: “implantar a rede regional de atendimento às pessoas em situação de rua e identificar e inserção dos bolsões de miséria da região nos programas de transferência de renda do governo federal”.

Objetivo 2: “Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável”. Não há correspondência direta nos Programas do PPA, apesar de o combate à pobreza também atuar neste quesito.

Objetivo 3: “Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades”. O PPA apresenta no programa nº 8 *Saúde* ações voltadas para qualificação e estruturação de um sistema de saúde regional, como a construção de um hospital regional e também ações que tem como intuito a promoção da saúde, como a qualificação do sistema de saúde.

Objetivo 4: “Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos”. Há correspondência com o Programa nº 9 *Educação, Cultura, Esporte e Lazer*, que busca contemplar a educação para todos por meio da ampliação da educação de crianças, jovens e adultos, articulando escolaridade e educação. Propõe-se um Plano Regional de Melhoria da Educação; a consolidação do Plano Regional de Cultura e a promoção da educação para as competências criativas.

Objetivo 5: “Igualdade de gênero e empoderamento feminino”. O PPA apresenta apenas uma ação dentro do Programa nº 10 *Políticas Sociais e Afirmativas*, ação direcionada à ampliação da rede de atendimento às mulheres que estão em situação de violência.

Objetivo 6: “Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos”. O PPA concentra-se em ações de revitalização e despoluição dos cursos da água e de readequação da rede de esgoto da região, visando alcançar um saneamento adequado para todas e todos, conforme o Programa nº 2 *Drenagem Urbana*.

Objetivo 7: “Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos”. Não há correspondência com o PPA, uma vez que a decisão acerca da concepção e implementação de políticas para o setor energético no Brasil se insere no âmbito do Plano Nacional de Energia como uma atribuição do Ministério de Minas e Energia.

Objetivo 8: “Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos”. O PPA considera as características geográficas da região do ABC ao estipular ação presente no programa nº 7 *Desenvolvimento Econômico e Turismo*, que diz respeito à promoção de um crescimento econômico inclusivo e sustentável, por meio da implementação de alternativas de desenvolvimento e manejo sustentável nas áreas de mananciais.

Objetivo 9: “Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis”. Vê-se correspondência no Programa nº 11 *Gestão e Desenvolvimento Institucional*, como o fortalecimento de ações articuladas com a federação; a elaboração e implementação de um plano de Comunicação Institucional e a criação de um observatório de políticas públicas na Região. Estas ações visam o fortalecimento das políticas públicas pensadas para a própria região, buscando a solução dos problemas que afetam esta escala.

Objetivo 10: “Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles”. O PPA possui ações voltadas para o combate à pobreza e ampliação das políticas universais em territórios de maiores desigualdades, como as já citadas anteriormente. Entretanto, não possui ações específicas para a redução das desigualdades em si, exceto se o combate à pobreza extrema for encarado como uma ação de redução de desigualdades.

Objetivo 11: “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”. O PPA traz ações com enfoque principalmente na segurança dos assentamentos humanos, dedicando dois programas a este assunto: Programa nº 4 *Riscos Urbanos e Ambientais* e Programa nº 5 *Habitação*. As ações deste programa são: Requalificação das moradias e espaços urbanos, por meio da urbanização de assentamentos precários; a Elaboração e implementação de um Plano Regional de Redução de Riscos; a Erradicação de moradias em áreas de risco alto e muito alto e a Implementação de um Sistema Integrado de Alerta e Monitoramento de Riscos; regularização fundiária; Ampliação da produção de Habitações de Interesse Social; Melhoria da acessibilidade dos passeios públicos; e ações que promovem maior inclusão, buscando garantir o acesso à moradia, e tornando as cidades mais inclusivas. No quesito Sustentabilidade das cidades e assentamento humanos, o PPA traz como ação o incentivo a adoção de métodos construtivos sustentáveis.

O PPA não apresenta ações específicas relacionadas com o Objetivo 12 “Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis”.

Objetivo 13: “Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos”. Existem uma série de ações propostas que visam resolver problemas preexistentes na região, como a questão da drenagem urbana deficitária, problemas esses que seriam agravados em um cenário de mudanças climáticas, visto o aumento de eventos extremos causados por esta.

Objetivo 14: “Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável”. Este Objetivo não se aplica à Região do ABC, por não se tratar de uma região costeira.

Objetivo 15: “Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda da biodiversidade”. Tendo em vista as características da urbanização da região do grande ABC e a pressão histórica que incide sobre os mananciais, o PPA coloca como ação a implantação de programas de recuperação ambiental nas áreas de mananciais, ação do programa nº 5 *Habitação*.

Objetivo 16: “Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”. As ações presentes no PPA que possuem correspondência estão voltadas principalmente para a militarização como forma de garantir a segurança e a paz, e fazem parte do programa nº 6. *Segurança Urbana*. São elas: a criação de um sistema de monitoramento; a implementação de um centro regional para a formação de guardas civis municipais; a integração entre a guarda civil, polícia civil e polícia militar; e articulação do aumento do efetivo policial na região.

Objetivo 17: “Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável”. Não se aplica, por se tratar de um assunto que não cabe a escala regional.

Os resultados desta análise foram organizados na **Tabela 1**, onde é possível visualizar numericamente as correspondências encontradas:

Tabela 1 - Matriz de Comparação: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável x Ações dos Programas do Plano Plurianual Regional Participativo do Grande ABC

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	Programas - Plano Plurianual Regional Participativo do Grande ABC											Total
	Programa 1	Programa 2	Programa 3	Programa 4	Programa 5	Programa 6	Programa 7	Programa 8	Programa 9	Programa 10	Programa 11	
Objetivo 1										2		2
Objetivo 2												0
Objetivo 3								12				12
Objetivo 4									6			6
Objetivo 5										1		1
Objetivo 6		3										3
Objetivo 7												0
Objetivo 8							1					1
Objetivo 9											4	4
Objetivo 10												0
Objetivo 11					7							7
Objetivo 12												0
Objetivo 13		3		3								6
Objetivo 14												0
Objetivo 15					1							0*
Objetivo 16						4						4
Objetivo 17												0
Ações do PPA relacionadas a ODS	0	6	0	3	7	4	1	12	6	3	4	46
Numero de ações do PPA	7	7	3	3	7	4	4	12	6	6	4	63
												73%

Fonte: Elaboração Própria, 2018. (CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC, 2017; ONU, 2015). * Contagem Dupla: Uma mesma ação responde a diferentes ODS.

Com a matriz, foi possível notar que existe alta correspondência entre o PPA e os ODS, com correspondência de 46 ações do PPA de 63 (um total de 73%). Isto pode ser um indicativo de que ações empreendidas na escala local podem contribuir para a concretização de uma Agenda Global.

No caso em estudo, destacou-se que a localidade se expressa na escala da região, na qual além de existir uma dificuldade na gestão pela mesma não ser abarcada pela divisão tradicional dos entes federativos do Brasil (Federação, Estados e Municípios), existe o fato de que problemas socioambientais urbanos podem vir a surgir ou ser potencializados quando se trata dessa escala (GROSTEIN, 2001; FERNANDES, 2006; MARTINS; VAZ; CALDAS, 2010; BURSZTYN; BURSZTYN, 2012).

Ainda que o instrumento de planejamento usual que trata do desenvolvimento sustentável na escala local seja a Agenda 21, é importante que todos os instrumentos de planejamento urbano e políticas públicas sejam centrados nesse tema, uma vez que as existências de conflitos entre planos, políticas públicas e agendas elaboradas podem vir a dificultar o alcance de objetivos e metas de sustentabilidade estipuladas.

Nesse sentido, ainda que o PPA não seja uma proposta derivada diretamente dos ODS (a elaboração do plano é anterior à Agenda 2030), esse demonstrou ter em seus preceitos o conceito de Desenvolvimento Sustentável em voga nas discussões pós Rio + 20, demonstrando a possibilidade de iniciativas inovadoras virem a surgir das localidades em um contexto de emergência socioambiental, principalmente quando são participativas e consideram as características inerentes de cada local, como o PPA do Grande ABC (CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC, 2013).

6. COMENTÁRIOS FINAIS

A região do Grande ABC como localidade apresenta problemas socioambientais característicos, demandando ações específicas que considerem as relações inerentes que se dão nessa escala. Como ação inovadora em prol da resolução de seus problemas socioambientais, destacou-se o 1º PPA Regional Participativo já realizado no Brasil.

Com a perspectiva de que a região possa ser encarada como localidade, buscou-se compreender como as ações locais empreendidas no PPA encontram correspondência com as proposituras dos ODS e podem vir a contribuir na consolidação da agenda global para a sustentabilidade.

Ainda que a Agenda 2030 não possua todas as respostas necessárias para a resolução da crise socioambiental em voga, ela é a expressão da legitimação da sustentabilidade como valor atrelado à perspectiva de desenvolvimento das nações, legitimação que se deu no decorrer das grandes conferências direcionadas a pensar o assunto.

A análise comparativa entre o PPA e os ODS, que demonstrou existir uma correspondência entre ambos, o que permite concluir que as ações elaboradas em âmbito local tem potencial para contribuir com o alcance de alguns dos ODS. Desta forma, a experiência do Grande ABC representa um avanço que pode vir a ser replicado em outras regiões e localidades do Brasil, em prol de uma gestão pública mais inovadora, participativa e pautada pela concepção de desenvolvimento sustentável.

6. REFERÊNCIAS

ANAU, R. V. As transformações econômicas no grande ABC de 1980 a 1999. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, São Paulo, v. 11, p. 46-59, jun. 2001. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/47509/51236>>. Acesso em: 14 mai. 2017.

ANCASSUERD, M. P. **Políticas públicas de educação de jovens e adultos no ABC Paulista**: conquista de direitos e ampliação da esfera pública. 2009. 249 p. Tese Doutorado - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

BENEVIDES, M. V. M. **O governo Kubitschek**: desenvolvimento econômico e estabilidade política. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 302 p.

BRESCIANI, L. P. **O mapa do caminho**: desafios, planejamento e atuação do Consórcio Intermunicipal Grande ABC. 2015. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/4623/1/O%20mapa%20do%20caminho_15_P_BD.pdf>. Acesso em: 26 Out. 2017.

BURSZTYN, M.; BURSZTYN, M. A. **Fundamentos de política e gestão ambiental**: os caminhos do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. 612 p.

CARDOSO, C. F. e BRIGNOLI, H. P. **Os métodos da história**: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social. São José: Universidad de Costa Rica, 1975.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC. **Histórico**. 2017. Disponível em: <<http://consorcioabc.sp.gov.br/historico>> Acesso em: 2 de set. 2017.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC. **PPA Regional Participativo Grande ABC 2014 - 2017**. 2013. Disponível em: <<http://consorcioabc.sp.gov.br/imagens/pagina/Revista-PPA-Regional-Participativo-2014-2017.pdf>> Acesso em: 3 de ago. 2017.

CORAZZA, R. I. Tecnologia e Meio Ambiente no Debate sobre os Limites do Crescimento: Notas à Luz de Contribuições Seleccionadas de Georgescu-Roegen. **Economia**, Brasília (DF), v. 6, n. 2, p. 435-461, 2005.

DANIEL, C. Uma Estratégia Econômica para o Grande ABC. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 138-144, 1996.

- DURAN, D. C. et al. The objectives of sustainable development - ways to achieve welfare. **Procedia Economics and Finance**, v. 26, p. 812-817, 2015.
- FERNANDES, E. Estatuto da cidade: promovendo o encontro da agenda “verde” e “marrom”. In: STEINBERGER, M. (Org.). **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília: Paralelo 15 e LGE Editora, 2006. Cap. 8, p. 243-265.
- GROSTEIN, M. D. Metrópole e Expansão Urbana: A Persistência de Processos “Insustentáveis”. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n 1, p. 13-19, Jan. 2001.
- JATOBÁ, S. U. S.; CIDADE, L. C. F.; VARGAS, M. G. Ecologismo, Ambientalismo e Ecologia Política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 47-87, jan./abr. 2009.
- LACERDA, A. D. Ação Coletiva e Cooperação Intermunicipal em duas Metrópoles. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 61, p. 153-166, Jan./Abr. 2011.
- LAGO, A. C. A proposta brasileira para a Rio+20. In: VELLOSO, J. P. R.; ALBUQUERQUE, R. C. (Coords.). **A questão ambiental e a Rio + 20: A economia verde como oportunidade global para o Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier: INAE, 2012. p. 7-12.
- LANGENBUCH, J. R. **A Estruturação da Grande São Paulo**: estudo de geografia urbana. IBGE. Rio de Janeiro, 1971. Cap. 1, p. 142.
- MARTINS, R. D.; VAZ, J.C.; CALDAS, E. L. A gestão do desenvolvimento local no Brasil: (des)articulação de atores, instrumentos e território. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 559-590, maio/jun. 2010.
- Organização das Nações Unidas (ONU). **The Millennium Development Goals Report**. 2015. Disponível em: <[http://www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20\(July%201\).pdf](http://www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20(July%201).pdf)> . Acesso em: 17 Jul. 2018.
- PIRES, M. C. O Governo Figueiredo e a Crise da Dívida (1979-1985). In: PIRES, M. C. (Org.). **Economia Brasileira da Colônia ao Governo Lula**. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 219-239.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PIRES. **História de Ribeirão Pires**. SD. Disponível em: <<http://www.ribeiraopires.sp.gov.br/historia/historia>>. Acesso em: 21 abr. 2017.
- PREFEITURA SANTO ANDRÉ. **História de Santo André**. Disponível em <<http://www2.santoandre.sp.gov.br/index.php/cidade-de-santo-andre/historia>>. Acesso em: 18 abr. 2017.
- SCHNEIDER, S.; SCHIMITT, C. J. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.
- TARGA, L. R. P. Comentário sobre a utilização do método comparativo em análise regional. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 12 n. 1, p. 265-271, 1991.
- VAZ, J. C. Consórcios Intermunicipais. **Ideias para a Ação Municipal**, n. 97, 1997.
- VEIGA, J. E. A Primeira Utopia do Antropoceno. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 233-252, abr./jun. 2017.
- VEIGA, J. E. **Sustentabilidade**: a legitimação de um novo valor. São Paulo: Editora Senac, 2010. 160 p.
- WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Our Common Future**: Report of the World Commission on Environment and Development. 1987. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2018.